

Da privação socio-económica à falência dos conceitos de suporte social e desenvolvimento: Reflexões para uma práxis interventiva

CARLOS SIMÕES (*)

Parece merecer concordância, no campo da investigação psicossocial sobre populações sujeitas a situações de fragilidade social, que a presença de apoio social ou de uma rede de recursos sociais, está associada à presença de indicadores de saúde mental e física dos indivíduos (Cohen & Brook, 1993; Sameroff & Seifer, 1993; Jessor, 1993). Também os recursos sociais, estão ligados à probabilidade de manter a saúde mental, quando se está debaixo de circunstâncias adversas e ligados ainda ao tempo de recuperação de uma doença (Molina, 1996; Wills & McNamara, 1996). De facto, a ajuda social pode ser oferecida informalmente, pelos familiares (quer os mais próximos, quer os mais distantes), ou sobretudo, pelo grupo de amigos, e formalmente, pelos serviços sociais ou por associações de solidariedade e grupos de ajuda.

Reforçando a importância do suporte social, Buendía e Hernandez (1998), mostram-nos um

grande número de estudos, que demonstram que os pais de adolescentes que enfrentam a adversidade e dispõem de amigos e familiares em quem confiar, têm menor probabilidade de sucumbir à adversidade, comparativamente a indivíduos que estão socialmente isolados. Apesar da grande quantidade de estudos que demonstram as virtudes da ajuda social, o seu fim enquanto objectivos a atingir, está ainda pobremente definido e geralmente identificado de um modo pouco claro, isto é, urge perguntar quais as dimensões de contacto com os outros, que podem ser percebidas como factores de suporte social e de protecção ao risco?

Tentando responder a esta questão, Barrera (1986), estima que a ajuda social deve satisfazer seis necessidades:

- 1) ajuda material (dar ou emprestar dinheiro ou bens),
- 2) assistência comportamental (ajudar realizando tarefas),
- 3) apoio emocional e interacção íntima nos problemas importantes (escutar, dar segurança, promover autonomia),
- 4) supervisionar (informar, dar apoio),

(*) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

- 5) feedback (sobre pensamentos, sentimentos e comportamentos),
- 6) interação social positiva (proporcionar diversão e relaxação).

Partindo deste quadro de referência e segundo o mesmo autor, os contactos sociais podem ou não oferecer alguma destas necessidades, mas, para qualificá-lo como ajuda social, deve-se oferecer como mínimo uma das anteriores ajudas, de forma a que o indivíduo a possa usar, para reduzir a sensação de estar consumido pela adversidade. No entanto, da mesma maneira que diferentes problemas requerem soluções diferentes, possivelmente, diferentes indivíduos exigem e necessitam de diferentes formas de ajuda social (Barrera, 1986).

Cohen e Brook (1993), referindo-se à importância do suporte social, dizem que a percepção da disponibilidade destes recursos, é mais importante que a sua utilização na hora de proteger os indivíduos, dos efeitos psicológicos negativos da adversidade. De acordo com este ponto de vista, verificou-se que a fonte e o tipo de recursos, são muito importantes para determinar o seu impacto psicológico.

Falando agora de privação socio-económica, um dos factores de risco sobre o qual se tem discutido amplamente na literatura, é a associação entre elevados níveis de pobreza e o comportamento anti-social, quer na infância quer na adolescência, (Garmezy et col., 1971; Garnefski & Okma, 1997; Molina, 1996; Rutter, 1989). Apesar disso, conhece-se pouco sobre a dinâmica desta associação, parece contudo, que os efeitos do estatuto socio-económico, actuam através do estilo educativo dos pais, assim como, através de uma ampla gama de experiências, que formam parte da vida diária destas famílias, com poucos recursos socio-económicos (Simões, 2000).

Geralmente, quando as crianças crescem em famílias com recursos materiais insuficientes (sem dinheiro suficiente para as necessidades básicas), é difícil para os pais atender as crianças de forma adequada. Isto não quer dizer, que os pais com escassos recursos económicos, sejam pouco sensíveis às necessidades dos filhos, mas apenas, que é mais fácil proporcionar um ambiente estável e harmonioso aos filhos, quando há menos preocupação com o dinheiro, a casa, a alimentação, o vestuário, a polícia... (Molina, 1996).

1. O PAPEL DO AMBIENTE FÍSICO

Um primeiro elemento que nos importa salientar, é o ambiente físico, ou seja, o habitat onde se desenvolve a vida afectiva, social e cultural das famílias mais pobres. Sabemos hoje, Bucher, Doneda e Assis (1994); Ulriksen (1999); Simões (2000), que o ambiente físico, condiciona as relações das pessoas, as suas percepções e acima de tudo, o seu pleno desenvolvimento harmonioso. Em Lisboa, temos um exemplo evidente daquilo que podemos designar de uma geografia da marginalidade, que divide a cidade em zonas tangencialmente diferenciadas, com paisagens urbanas distintas e de elevado impacto na vida dos cidadãos. O impacto a que nos referimos, diz respeito naturalmente aos efeitos sobre a qualidade de vida, segurança e saúde pública. Como íamos dizendo, a cidade de Lisboa oferece uma cidade à vista de todos, que denominamos aqui de «cidade pública», esta, é no entanto uma cidade completamente diferente de outra Lisboa, que denominamos de «cidade oculta».

Na cidade pública, podemos encontrar os serviços públicos, como escolas, bancos, hospitais, cinemas, teatros, bibliotecas, museus, jardins... e as grandes e sofisticadas urbanizações destinadas à habitação urbana. Esta, é a cidade que oferece comodidades e que parece oferecer as respostas que necessitamos para o nosso dia a dia.

Que se passa então na «cidade oculta»? Em primeiro lugar, muitos de nós só conhecemos essa cidade, pelas notícias que lemos nos jornais diários, e nos falamos dos assaltos, da violência, das rugas feitas pela polícia e pela captura de grandes quantidades de droga, armas, dinheiro falso e produtos provenientes de roubos. Neste espaço, encontramos a degradação do ambiente físico, são as casas clandestinas, são as barracas e pré-fabricados, são lixeiras em plena rua, são dejectos e animais vadios cheios de doenças. Aqui, prevalece o desemprego e as classes sociais mais baixas da sociedade, prevalecem ainda famílias com grandes agregados familiares, sinal da inexistência de medidas eficazes de planeamento familiar. Finalmente, prevalecem crianças e adolescentes entregues a si mesmos, na vida e na cultura da rua. É pois, neste ambiente, marcado por profundas fragilidades sociais, que surgem inquietantes sinais de comportamentos de-

sadaptativos, em muitas das famílias que aí vivem e, naturalmente, em muitos dos seus filhos.

Estudos realizados neste campo, mostram o impacto de condições de vida adversas (como a existência de habitações muito degradadas e com pouca área habitacional), sobre a ocorrência de comportamentos anti-sociais (Prieto, 1987; Farrel, 1993; Ulriksen, 1999; Simões, 2000). Estes autores, puseram em evidência as condições de deterioração ambiental, relacionadas com as condutas desadaptativas, mais precisamente, salientaram que os primeiros níveis de desenvolvimento e de socialização, têm lugar no espaço familiar e este conceito de espaço familiar, está muito ligado às condições de habitação. Segundo ainda os mesmos autores, as características qualitativas e quantitativas da habitação, não influenciar o processo de socialização do adolescente, já que, a habitação não é só um espaço físico, é também um espaço de conteúdos emocionais.

Vários estudos clássicos realizados no campo da Sociologia, mostraram de um modo muito claro, que as condições de habitação, nomeadamente a existência de pequenas áreas, estavam associadas a certos tipos de patologia social, mais tarde e com os estudos de Stokols (1972), deixaram de existir dúvidas sobre o impacto das pobres condições de habitação, sobre o comportamento do indivíduo.

Outros estudos realizados em Espanha nos anos 70 por Mieza (1976), mostram-nos que a par da área da habitação, a existência ou não de sanitários, de electricidade e água canalizada, estão também associados a problemas do comportamento anti-social. Segundo Molina (1996), a insuficiência do espaço e a má qualidade do mesmo, pode influenciar a aquisição de comportamentos desadaptativos. Num estudo recente, Ulriksen (1999), partindo duma investigação realizada com adolescentes sujeitos a situações de pobreza, refere que o comportamento anti-social, está associado a situações de pobreza crónica, combinadas com acontecimentos de vida traumáticos e situações constantes de exclusão social.

2. POR DETRÁS DA PRIVAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Por detrás de cada ser marginalizado e excluí-

do, existe o resultado das suas circunstâncias individuais, da sua história e trajectórias pessoais de vida. Este aspecto, implica desde logo, que o ponto de partida para compreender a exclusão e a marginalidade, tenha de ser um processo social e não como normalmente ocorre, um processo centrado exclusivamente em fenómenos individuais. Trata-se de um tema amplamente complexo, onde as posturas devem ser necessariamente tangenciais, porque tangenciais, são as vidas das pessoas que antes do seu nascimento, têm já predestinada a exclusão da sociedade.

Temos assim de levar em linha de conta, que a realidade social em que se manifesta a conduta desadaptada é situacional, isto é, está localizada num determinado tempo e espaço, por isso, para além de dever ser estudada sob o ponto de vista destes condicionantes espacio-temporais, deve igualmente, ser amplamente estudada através de uma visão dinâmica. Significa isto, que a percepção dos fenómenos e problemáticas sociais, se deve realizar em função do sistema social em que se produzem, das suas características culturais, da sua organização política, e também do momento histórico em que acontecem.

A privação socio-económica, é actualmente revestida de novas formas de pobreza, uma delas, é a ocorrência da fome. Fome afinal, um problema tão velho quanto a própria humanidade. Este, é um dos problemas que põe em jogo a própria sobrevivência da espécie humana, a qual, para garantir a sua perenidade, tem de lutar contra o drama diário de encontrar algo para subsistir. Podemos pensar, que o que acabámos de afirmar, se localiza numa dimensão geográfica distante de nós, ou mais precisamente, no imaginário abundantemente animado da ideia, que fome e pobreza, só ocorrem em países africanos e na América Latina, mas, definitivamente não!

Trata-se pois, de novas territorialidades que abundam entre nós, mas cujos interesses cada vez mais crescentes resultantes da Globalização selvagem, esta, se encarrega habilmente de camuflar, secundarizar ou simplesmente negar. A própria Psicologia no quadro de outras Ciências Sociais e Humanas, também se tem encarregado não poucas vezes, de abordar esta problemática, apenas em percursos laterais resultantes de inúmeras investigações, em que o acento tónico se inicia e esgota nas trajectórias individuais. Este resultado, implica a visão, que o próprio sujeito

seja considerado simultaneamente, ele mesmo, causa, efeito e vítima, de outras causas que o transcendem, e que se situam hoje, nas mãos do novo poder que promove a desigualdade, a discriminação social e as clivagens entre as várias famílias de humanos do nosso planeta comum.

Tudo isto, subordinado a uma nova doutrina mascarada de legitimidade democrática, e conhecida por era da Globalização. Talvez por isto, seja inevitável uma nova atitude no campo da Ciência, ou seja, o rompimento com uma atitude (justificada pela função da não valorização ou do julgamento, a que a missão do investigador científico deve ficar alheia), que tem vindo a confundir-se de quando em vez, com o profundo e mortal silêncio, face à emergência cada vez maior, das desigualdades sociais e do comprometimento dos direitos humanos.

Decididamente, mais do que descrever, explicar, compreender, a função da ciência, é pois também ter coragem, de tomar partido pela defesa do princípio do profundo respeito ético da promoção da condição Humana e isto, independentemente dos distintos quadrantes geográficos, culturais, sociais ou mesmo políticos, que a diversidade do nosso planeta nos oferece. De outra maneira, a actividade científica não passará inequivocamente de um logro. De um modo mais objectivo, significa que se quisermos falar hoje de marginalidade, exclusão ou fragilidades sociais, é necessário ter em consideração a enorme amplitude onde se jogam as condições de vida de carácter geral e específico, quer da pessoas, quer das famílias, quer das comunidades.

Significa ao mesmo tempo, que se torna fundamental entender o facto psicológico, bem como o facto social, dentro de sistemas transversais, por isso complexos e simultaneamente dinâmicos. Por outro lado, significa também, que é necessário a elaboração de um novo pensamento suportado nos domínios quer da política social, quer das políticas de natureza habitacional, emprego, saúde, educação, família e economia. Em suma, considerarmos políticas de igualdade de condições de vida e de bem estar social global, que vão mais além da falácia dos pressupostos enunciados já em 1960 pelas Nações Unidas, os quais, na verdade, foram absolutamente impotentes para implementar novas trajetórias de desenvolvimento, diferentes daquelas que hoje constituem a absurda realidade em que vivemos.

É escusado persistirmos dizendo, que não vemos, ou não ouvimos, mas antes e tal como cantava o poeta, devemos afirmar «...vemos, ouvimos e lemos... não podemos ignorar...» que os fenómenos da exclusão social, abrangem hoje um número dramaticamente crescente de adolescentes e famílias portuguesas, como o comprovam por exemplo o Programa do Rendimento Mínimo Garantido e que fazem (pensando seguidamente no caso da cidade de Lisboa), com que algumas zonas da cidade e da sua periferia, sejam situações de verdadeiro alarme social. Não parece assim restarem dúvidas, que subjacentes a estes problemas, estão alguns dos paradoxos com que na civilização actual nos temos de confrontar e aos quais, a Ciência não pode mais ficar indiferente. Uma nova práxis, uma nova ordem social e um novo entendimento do humano, são por isto definitivamente urgentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barrera, M. (1986). Distinctions between social support concepts, measures and models. *American Journal of Community Psychology*, 14, 413-445.
- Bucher, R., Doneda, D., & Assis, C. R. (1994). Acerca de delinquência juvenil e consumo de drogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10 (2), 287-297.
- Buendia, V., Marin, R., & Hernandez, J. (1998). Estres economico, interaccion familiar y sintomatologia depressiva. *Anales de Psiquiatria*, 14 (1), 15-21.
- Cohen, P., Cohen, J., & Brook, J. (1993). Na epidemiological study of disorders in late childhood and adolescence. *Journal Child Psychology*, 34 (6), 869-877.
- Farrel, A. (1993). Risk factores for drugs use in urban adolescents: a three-wavw longitudinal study. *The Journal of Drugs Issues*, 3, 443-462.
- Garnezy, J. (1971). Children at risk. The search for the antecedents of schizophrenia I: Conceptual models and research methods. *Schizophrenia-Bulletin*, 8, 14-90.
- Garnefski, N., & Okma, S. (1997). Addiction-risk and aggressive/criminal behavior in adolescence: Influence of family, school and peers. *Journal of Adolescence*, 19 (6), 503-512.
- Jessor, R. (1993). *Perspectives on behavioral science: The Colorado lectures*. Boulder, CO, USA: Westview Press.
- Mieza, M. (1976). Los asentamientos chabolistas en Madrid. *Ciudad y Territorio*, 3/4.
- Molina, J. V. (1996). *Proceso de inadaptación social*. Madrid: Editorial Popular.

- Prieto, G., Mateos, P., & Infestas, A. (1987). Predelinquencia y conductas antisociales en los adolescentes de Salamanca. *Revista Provincial de Estudios*, 24-25, 247-296.
- Rutter, M. (1989). Pathways from childhood to adult life. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 30, 23-51
- Sameroff, A., & Seifer, R. (1993). *Models of development and developmental risk: Handbook of infant mental health*. New York, NY. USA: The Guildford Press.
- Simões, C. (2000). *Adolescentes em risco: Um estudo socio-ecológico de um bairro degradado da cidade de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação. Universidade de Salamanca.
- Stokols, D. (1972). On the distinction between density and crowding: some implications for future research. *Psychological Review*, 79 (3), 255-277.
- Ulriksen, V. (1999). La violencia social in la escuela: Efectos traumaticos en la mente de los ninos en un contexto de pobreza cronica. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 88, 131-152.
- Wills, A. T., Blechman, A., & McNamara, G. (1996). *Family support, coping, and competence*. Hillsdale, NJ, England: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

RESUMO

Neste artigo, propomos um conjunto de reflexões que estabelecem o confronto entre alguns dos mecanismos que originam a privação socio-económica e as suas consequências nos processos de desenvolvimento humano. É discutido o papel da Ciência na emergência das problemáticas sociais e põe-se em relevo, a falácia do conceito «Globalização», face aos novos e crescentes territórios da marginalidade e da exclusão social.

Palavras-chave: Suporte social, exclusão social, marginalidade, privação socio-económica.

ABSTRACT

In this paper, we discuss the social economical privation and its possible causes. Focusing the general context of social exclusion and marginality, we argue that science may have a role on the origin of some of these social problems, and the «Globalisation» as a solution is a fallacy.

Key words: Social support, social exclusion, marginality, social economical privation.